

Opinião

Mendes Godinho, um incontornável património de Tomar (4)



BEJA SANTOS

“Mendes Godinho, Uma história de empreendimento empresarial familiar”, por Leonel Vicente, edição Associação MG – Memorial Mendes Godinho, 2018, é uma investigação muito cuidada e detalhada sobre uma obra que marcou indelevelmente a cidade de Tomar: pela tenacidade e largueza de vistas do fundador de um império agrícola, comercial, industrial e financeiro; pelo património arquitetónico que faz parte, sem discussão, do que o casco histórico tomarense oferece, mostra do seu orgulho cívico e de um passado lustroso que o viajante ou turista contemplarão, impressionados.

Nos três textos anteriores, procurou-se dar ao leitor, de forma muito abreviada, uma ideia da riqueza deste trabalho que inclui a vida e obra de Manuel Mendes Godinho, a constituição de uma sociedade e os seus envoltivos em Casa Bancária, Casa Agrícola, concessionário de automóveis, a central elétrica, as cerâmicas, a moagem e a unidade de extração de óleo de bagaço de azeitona. E o aparecimento de uma figura marcadamente visionária, João Mendes Godinho Júnior. Fez-se alusão à Casa Bancária e às consequências da vida do Grupo da reestruturação da Manuel Mendes Godinho & Filhos. Seguidamente, fez-se um apanhado das fábricas, só faltou um resumo do projeto de navegabilidade do Tejo, aqui se fará uma referência, lembrando que o autor documenta à exaustão o processo de falência.

O projeto de navegabilidade do Tejo, como observa Leonel Vicente, foi o derradeiro grande empreendimento idealizado por João Mendes Godinho Júnior, o visionário inspirara-se no rio Ródano, entre Leão e Marselha, o projeto incluía a construção de barragens e eclusas. A imprensa fez eco do cometimento, lembrando que o maior rio português só é navegável até Santana, no Cartaxo; dado o grande montante exigido pelo empreendimento, havia que envolver o Estado, autarquias e investidores. Havia já nome para a companhia, Companhia do Vale do Tejo, com capital a ser realizado pelo Grupo Mendes Godinho e todas as empresas da região. O Diário de Lisboa, na sua edição de 11 de fevereiro de 1989, referindo-se a uma conferência de imprensa para apresentação do projeto, aludia ao Tejo navegável até Santarém, regularizado até à barragem de Belder numa primeira fase, abrindo caminho à Barragem de Cedilho, na fronteira do Rio Sever, tudo enquadrado no “Plano de Regularização do Curso do Rio Tejo com Objetivos Múltiplos”. Como é público, nada aconteceu. Leonel Vicente dá outros exemplos da aguçada visão de João Mendes Godinho Júnior, caso das potencialidades da localização de Palença para a implantação



Instalações da Tagol

de cais e silo portuário, isto em junho de 1964, aí seria instalado um grandioso complexo industrial, visava-se a multiplicidade de negócios. Faz-se a cronologia de alguns marcos importantes da indústria de soja de Palença, com início em agosto de 1966, que viria a dar origem à constituição, em 1973, da TAGOL, Companhia de Oleaginosas do Tejo. Temos uma descrição das instalações de Palença e a documentação chega até à segunda vida da TAGOL, a

Sovena.

A quinta e última parte do livro lê-se com constrangimento, mesmo com estupefação, a nacionalização do sistema bancário, a fusão da Casa Bancária no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, a questão do património da Mendes Godinho que não podia ficar abrangida pela nacionalização, seguem-se os documentos, as réplicas e as trélicas entre a Mendes Godinho na pesoa de João Mendes Godinho Júnior e

o Banco, tudo na praça pública, as sentenças dos tribunais e no contencioso com o Estado e com o BESCL temos uma peça que é um verdadeiro monumento jurídico, Salgado Zenha em 1986 redige uma petição de recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, faz o histórico da empresa a partir de 1917, a separação da sociedade da Casa Bancária, refere acórdãos, decisões governamentais, releva lacunas, contradições, é duro e cru nos quesitos, um exemplo: “É para nós evidente que, em 14 de março de 1975, data da nacionalização do sistema bancário, o que foi nacionalizado foram os Bancos. Se uma sociedade se encontrava numa situação irregular, possuindo participações proibidas por lei, imóveis que a lei lhe proibia ter, e exercendo, além da bancária, outras atividades que a lei proibia, a consequência não é nacionalizar aquilo que um Banco não podia ter, mas apenas aquilo que um instinto bancário podia legalmente ter”. O que o advogado pretende concluir é que o que se pretendeu nacionalizar foi só o sistema bancário, não podia abranger-se o património da sociedade. Em novembro desse ano, publicava-se o documento de Francisco Salgueiro Zenha, “Nacionalização ou confisco a favor de empresa pública para negócios privados?”.

O trabalho de Leonel Vicente inclui toda esta documentação com trocas de galhardetes, repertoria as Assembleias Gerais e conclui com o capítulo “Indemnização por Nacionalização”. No final da investigação dá-nos conta do que é a Associação Cultural e Desportiva Mendes Godinho e a Associação MG – Memorial Mendes Godinho.

Um trabalho exaustivo e escrupuloso. Terá o senão, em termos organizativos, de não ter separado a história do empreendimento da documentação que poderia ter constituído um anexo obrigatório, para melhor entendimento da ascensão e queda daquele empreendimento que marcou indelevelmente a história de Tomar. Felizmente, que o essencial das instalações históricas são hoje um dos ex-líbris da cidade, ao contrário dos escombros de um conjunto de fábricas que falam do apogeu do papel e da fiação, para esse doloroso património é

fundamental encontrar uma solução, uma cidade histórica como Tomar não pode estar cercada de pedra e cimento ao abandono, não é só um dó de alma, é a degradação ambiental de restos de tipografias, de fábricas ao abandono, de cooperativas, de resíduos da saqueada Fábrica da Fiação. Tomar não é Detroit, tem que mostrar vitalidade e energia em apagar as chagas do passado ou exibir o seu património restaurado e operativo.